



SINDICATO DOS TRABALHADORES
NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

30 de Abril de 2010-Número 33

Publicação do Sindicato
dos Trabalhadores no
Poder Judiciário Federal
no Estado de Santa
Catarina
Filiado à FENAJUFE
Rua dos Ilhéus, 118
Sobreloja, sala 3
Edifício Jorge Daux
CEP 88010-640
Centro - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48) 3222-4668
imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br
Jornalista Míriam Santini
de Abreu (Mtb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

PCS só anda se a categoria empurrar

Míriam Santini de Abreu



A sua presença será fundamental na **ASSEMBLÉIA** marcada para o dia 3 de maio, segunda-feira, às 13 horas, no hall do TRT. Na pauta, a paralisação nos dias 5 e 6 de maio, que servidores de vários estados já aprovaram (veja na página 4), com indicativo de Greve por tempo indeterminado.



Ato no dia 27 reuniu servidores dos três Tribunais na frente do TRE

Temos que colorir de laranja a entrada do Tribunal. O PCS está parado desde o início do ano na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público da Câmara dos Deputados. E só vai andar se a gente pressionar. Vista a sua camiseta!

ASSEMBLÉIA DIA 3 DE MAIO, SEGUNDA, 13 HORAS, NO TRT

Governo mantém posição s

O tamanho do desafio para aprovar a revisão salarial dos servidores do Judiciário apareceu terça-feira, 27, na audiência pública em que a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados discutiu o PL 6613/09, que revisa o PCS do Judiciário.

Mais de 300 servidores do Distrito Federal e de outros Estados acompanharam a sessão, ao lado de dirigentes da Fenajufe e de vários sindicatos de base. Uma coisa ficou certa para os servidores presentes: a reivindicação tem o total apoio do STF e do CNJ, mas não agrada muito ao governo federal, que continua batendo na tecla da falta de previsão orçamentária para implementar o novo PCS em 2011.

Nesse sentido, ficou claro também, segundo avaliam os coordenadores da Fenajufe, que os servidores em todo país precisam intensificar as mobilizações para garantir a aprovação final, ainda neste semestre, do projeto. De acordo com eles, sem luta, não haverá revisão salarial este ano.

VISÃO DA FAZENDA

Primeiro a falar na audiência, o representante do Ministério da Fazenda, Márcio Leão Coelho, apresentou uma tabela em que mostra as despesas com pessoal referente ao período de 1995 a 2009 e os gastos, do mesmo período, com os servidores do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

Com o objetivo de reforçar a posição do governo sobre o impacto orçamentário do projeto, Márcio Leão afirmou que o PL 6613/09, ao pedir a equiparação com algumas carreiras do Executivo, não apresenta a complexidade e as diferenças de cada uma das carreiras citadas. Segundo ele, a proposta também não fala de "vantagens específicas percebidas pelos servidores do Judiciário Federal".

Fechando a sua intervenção, que provocou uma forte reação dos servidores que lotaram o plenário, o representante do Ministério da Fazenda considerou que "o aumento da despesa com pessoal pode comprometer o investimento do Estado em programas que geram crescimento para o país".

VALORIZAÇÃO

Em resposta à interpretação do representante do governo, Roberto Policarpo, coordenador geral da Fenajufe, iniciou sua intervenção explicando qual o objetivo da Federação ao propor e defender o projeto que

revisa o PCS do Judiciário Federal. "Pensamos em um projeto para um quadro de servidores que precisa de valorização e de capacitação. Para ampliar o acesso da população à justiça e melhorar os serviços prestados", explicou Policarpo, que emendou seu raciocínio com uma crítica ao posicionamento apresentado pelo palestrante que o antecedeu. "Em 2008, os servidores deram conta de mais de 25 milhões de processos que chegaram à Justiça. As atribuições dos servidores do Judiciário são tão importantes e complexas quanto as atribuições das carreiras que fazemos referência em nosso projeto", respondeu.

O coordenador da Fenajufe informou, ainda, que a

"Pensamos em um projeto para um quadro de servidores que precisa de valorização e de capacitação. Para ampliar o acesso da população à justiça e melhorar os serviços prestados" - Fenajufe

luta pela equiparação com outras carreiras que desempenham trabalho semelhante ao do Judiciário teve início em 2008,

quando a Fenajufe iniciou o debate com o STF sobre o plano de carreira e a revisão salarial. Para reforçar as diferenças salariais existentes entre as várias categorias, ele apresentou um estudo comparativo com as remunerações inicial e final de servidores do Judiciário, Banco Central, Legislativo, TCU, Fisco e Receita Federal. Segundo o estudo apresentado pelo coordenador da Fenajufe, um analista legislativo do Senado Federal, por exemplo, inicia sua carreira com um salário de R\$ 13.400,00 enquanto que um analista judiciário, também em início de carreira, recebe uma remuneração de R\$ 6.551,18.

"Queríamos uma proposta mais avançada, de plano de carreira, mas conseguimos chegar nessa do PL 6613. Posso garantir que os servidores do Judiciário Federal recebem menos de 80% que um servidor de carreira semelhante e menos de um terço que um juiz substituto em início de carreira", explicou.

Por fim, dando mais uma dura resposta ao representante do Ministério da Fazenda, Policarpo lembrou que esse debate sobre orçamento deve ser feito na Comissão de Finanças e Tributação e não na Comissão de Trabalho. "Temos a compreensão de que gasto com ser-

Sobre impacto orçamentário

vidor não é despesa e sim investimento para melhorar os serviços prestados à população e ter um Judiciário mais qualificado", finalizou.

DESESTÍMULO

"Precisamos reconhecer os servidores, investir na capacitação para oferecermos um serviço de qualidade aos cidadãos. Esse projeto [PL 6613] não é apenas um projeto do STF, mas sim de todos os tribunais superiores". Essa frase dá o tom da intervenção que o diretor geral do STF, Alcides Diniz, fez na audiência pública de hoje. Declarando seu total apoio à reivindicação dos servidores e reforçando a importância de os deputados aprovarem o PL 6613/09, o representante do STF também rebateu as declarações do representante do Ministério da Fazenda.

Na avaliação de Diniz, os servidores estão desestimulados a continuar no Judiciário. "Não estamos bem remunerados, por isso defendemos que essa tabela seja aprovada. Além do mais, enfrentamos o problema da rotatividade. É normal o servidor assumir o cargo e depois de um tempo sair para fazer curso de capacitação e se preparar para entrar em outro órgão público", explicou o Diretor Geral do STF, citando o estudo comparativo apresentado pelo coordenador da Fenajufe.

Antes de encerrar sua fala, Alcides Diniz criticou o tratamento que tem sido dado, por parte de alguns parlamentares e também do Ministério do Planejamento, ao projeto do Judiciário, considerando que a revisão salarial dos servidores do Tribunal de Contas da União foi aprovada sem muito alarde. "O projeto do TCU foi aprovado no ano passado sem muitas dificuldades. Não estamos sobrepondo a nenhuma outra carreira. Pedimos que os deputados aprovelem esse projeto para o bem da Justiça e para o bem da população", finalizou o representante do STF.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Na mesma linha que o representante do Ministério da Fazenda, a secretária adjunta de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Maria do Socorro Mendes, disse que o projeto de revisão do PCS do Judiciário apresenta algumas questões, consideradas preocupantes pelo governo. "Há divergências quanto aos números e às compreensões apresentados aqui. É preciso considerar a complexidade das categorias do chamado ciclo de gestão", disse, questionando a reivindicação dos servidores de equiparar sua remuneração com algumas

categorias.

Reforçando a posição de representantes do governo e de alguns deputados da base governista, a secretária do MPOG jogou a responsabilidade de até o momento não ter sido fechado um acordo entre a cúpula do Judiciário e o Executivo no impacto orçamentário. "Antes desse projeto ser aprovado é necessário mais discussão do Parlamento com o Judiciário e o Executivo quanto ao orçamento necessário. São cerca de 103 mil servidores do Judiciário, que representará um alto impacto. Há que se pensar nisso", disse.

VISÃO DOS PARLAMENTARES

Os deputados que participaram da audiência pública disseram ser favoráveis às reivindicações dos servidores do Judiciário Federal. O deputado Paulo Rocha [PT-PA], que foi o relator do primeiro Plano de Cargos e Salários, disse que a Comissão de Trabalho da Câmara sempre aceitou bem as propostas de origem do Judiciário Federal relacionadas aos servidores. "Vamos nos debruçar sobre o mérito desse projeto na sessão de amanhã [o projeto não foi incluído na sessão]. A reivindicação dos servidores do Judiciário é legítima, mas infelizmente o Estado brasileiro ainda não conseguiu resolver as distorções entre as diversas carreiras do setor público", afirmou Paulo Rocha, lembrando, também, que nas tramitações dos projetos dos PCSs anteriores sempre defendeu a categoria.

O deputado Fernando Chiarelli [PDT-SP], que não é da Comissão de Trabalho mas foi à audiência saudar os servidores presentes, disse que o que está sendo reivindicado não é "nada aberrante e extravagante". De acordo com ele, é dever do Estado conseguir recursos para garantir a valorização das carreiras do funcionalismo público. "O governo tem obrigação de encontrar verba para pagar esse novo plano", finalizou, expressando seu apoio à reivindicação dos servidores.

A deputada baiana Alice Portugal [PCdoB] também defendeu a aprovação do PL 6613, ao lembrar que vem acompanhando a luta dos trabalhadores do Judiciário Federal desde os primeiros planos de cargos e salários. "Aos nos debruçarmos nas demandas do Judiciário, pela criação de novas varas e de novos cargos, na federalização da Justiça Eleitoral, sabemos que devemos aprovar esse projeto. Há uma expectativa nacional e os servidores esperam por isso", ressaltou Alice Portugal. *Da Fenajufe - Leonor Costa*

Novo PCS, velho discurso

O Coordenador do SINTRAJUSC Paulo Koinski, que participou da audiência pública e da sessão da CTASP, fez que ficou clara a insistência da área técnica do governo no que se refere à questão orçamentária. O Ministério do Planejamento e o da Fazenda apresentaram uma série de dados e pouca disposição para bancar o montante de recursos a serem destinados à implantação do PCS. "Mas temos que lembrar que isso ocorreu em 2001 e em 2006 com os nossos PCSs, só que os projetos já estavam na Comissão de Finanças e Tributação", diz Koinski. "Agora esse mesmo discurso foi antecipado na Comissão de Trabalho".

Para o Coordenador, ficou clara a necessidade de o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, intervir junto ao presidente Lula para resolver o impasse. Cabe aos servidores, portanto, pressionar o ministro e a cúpula do Judiciário, buscando um acordo nas próximas duas semanas. "Está claro que nesta disputa não há matemática exata, cada lado tem os seus números, e por isso a categoria precisa mostrar que tem força. Esse é o momento de mobilizar com Greve", conclui Koinski.

PARA LEMBRAR

O PL 6613/09 tramitará em três Comissões, que deverão obedecer ao prazo de dez sessões para examinar a proposição. O projeto está sujeito à apreciação conclusiva nas Comissões, rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas Comissões designadas para analisá-lo.

O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as Comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado pelas Comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário.

Mobilização no país

Sindijufe-MT: paralisação no dia 6 de maio

Sitra-AM/RR: greve por tempo indeterminado a partir do dia 3 de maio

Sinjeam-AM: greve por tempo indeterminado a partir do dia 3 de maio

Sintrajufe-PI: indicativo de greve para o dia 5 de maio

Sisejufe-RJ: greve a partir do dia 6 de maio

Sintrajud-SP: greve por tempo indeterminado a partir do dia 6 de maio

Sindjus-AL: indicativo de greve para o dia 6 de maio, mas vai acatar decisão da reunião ampliada da Fenajufe

Sintrajuf-PE: indicativo de greve para o dia 6 de maio

Sintrajufe-MA: greve a partir do dia 6 de maio

Sindjufe-BA: assembleias para os dias 3 e 4 de maio

Sintrajufe-RS: em estado de greve, com assembleia no dia 4 de maio

Sindiquinze-SP: em estado de greve

Sitraemg-MG: ato público nos dias 5 e 6 de maio, com assembleia para deliberar sobre a deflagração da greve

Fenajufe reivindica vaga no GT dos passivos

A Fenajufe encaminhou nesta quarta-feira, 28, ao presidente do Conselho Nacional de Justiça [CNJ], ministro Cezar Peluso, ofício solicitando a participação da Federação no Grupo de Trabalho que terá a função de elaborar proposta de regulamentação do pagamento de passivos no âmbito de todo o Judiciário Federal. O referido GT foi instituído pela Portaria nº 37, de 16 de março de 2010.

No ofício, a Fenajufe considera o tema de fundamental relevância para os trabalhadores judiciários, "que lutam há anos pelo pagamento dos passivos que lhes são devidos". Ao solicitar a participação da Federação, os coordenadores afirmam que "a Fenajufe é uma entidade sindical de grau superior, com trinta sindicatos filiados em todo o território nacional, representando assim todos os servidores do Judiciário Federal de todo o país e por isso não poderia deixar de estar presente nesse grupo".

Ao final do documento, solicita diretamente ao ministro César Peluso "ser nomeada para compor o GT como representante dos servidores do Judiciário Federal de todo o país".